

## REFLEXÕES SOBRE A MEDICALIZAÇÃO NO ENTRE MEIOS DA PATOLOGIZAÇÃO

REFLECTIONS ON MEDICALIZATION BETWEEN PATHOLOGY MEANS

José Alves de Souza Filho<sup>1</sup>  
Honorata Dias<sup>2</sup>  
Aluísio Ferreira de Lima<sup>3</sup>  
Stephanie Caroline Ferreira de Lima<sup>4</sup>

Na presente resenha, pretendemos discutir o livro “Patologização e medicalização da vida: epistemologia e política”, composto por onze capítulos, publicado pela editora Zagodoni, em 2018, cujos organizadores são os professores e pesquisadores em Saúde Mental Paulo Amarante, Ana Maria Fernandes Pitta e Walter Ferreira de Oliveira. Conforme os organizadores anunciam no prefácio, o livro tem como objetivo reunir trabalhos de pesquisadores e militantes na Saúde Mental, para que possam trazer críticas sobre os novos processo de cooptação e segregação da loucura, além de sofrimento psíquico, especialmente quando doença e saúde mental tornaram-se mercado do capitalismo neoliberal contemporâneo, com suas sutis formas de docilização dos corpos por um universo de medicamentos.

Quanto aos temas dos capítulos trabalhados, a seguir, referenciados pelos autores, em síntese, poderíamos situar três prismas principais. O primeiro refere-se aos trabalhos que discutem a medicalização como um fenômeno da sociedade contemporânea, privilegiando: sua produção cultural pelo diagnóstico psiquiátrico (Oliveira, 2018), a homogeneização biopolítica pelo sentimento da indiferença (Caponi, 2018), a regulação do sofrimento por uma lente biotecnológica (Furtado, 2018), a crítica feminista sobre a saúde mental de mulheres (Gomes e Nagashima, 2018) e as atuais discussões de Saúde Mental no Brasil (Amarantes, Freitas e Gomes, 2018). O segundo prisma traz questões da medicalização da vida no cotidiano dos serviços de saúde, seja pela repercussão cultural cotidiana da medicalização do sofrimento (Jorge e Bezerra, 2018), a (des)institucionalização do sofrimento psíquico a partir da experiência de cuidado pelos serviços de saúde em comunidade candomblé (Portugual, Torrenté e Torrenté, 2018) e a herança histórica do modelo biomédico (Angelucci e Rodrigues, 2018). Por último, o terceiro prisma, com enfoque nos estudos sobre a medicalização da vida escolar na manutenção da queixa do TDAH (Pani e Souza, 2018), no

<sup>1</sup> Doutorando, Mestre e Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Cruzeiro do Sul. Pesquisador do PARALAXE: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica. Av. da Universidade, 2762, Benfica - CEP: 60.020-180 - Fortaleza/CE – Área 2 do Centro de Humanidades - Bloco Didático Prof. Ícaro de Sousa Moreira. Brasil. E-mail: josefilhoss@gmail.com Telefone: 85-998257622. ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-8059-9196>.

<sup>2</sup> Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do PARALAXE: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica. Brasil E-mail: diashonorata@gmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3012-4891>

<sup>3</sup> Psicólogo com Pós-Doutorado, Doutorado e Mestrado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). São Paulo. Brasil. – SP. Brasil. Especialista em Saúde Mental pela Universidade de São Paulo (EEUSP). São Paulo – SP. Brasil. Especialista em Psicologia Clínica pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP11). Fortaleza – CE. Brasil. Professor Associado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza – CE. Brasil. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: aluisiolima@hotmail.com. ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-9747-4701>

<sup>4</sup> Mestranda em Psicologia e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do PARALAXE: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica. Brasil. E-mail: stephaniecarolinelima@hotmail.com. ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-3970-2726>

diagnóstico do autismo (Rodrigues e Amarante, 2018) e de crianças e adolescentes (Moysés e Collares, 2018).

Salvaguardada a singularidade de cada trabalho, que sugerimos a leitura para melhor conhecimento, desejamos privilegiar em nossa resenha duas críticas presentes no livro: a primeira sobre a condição política dos estudos enquanto devir epistemológico; segundo, a indiferenciação conceitual entre patologização e medicalização.

A patologização da vida contemporânea, analisada pelo fenômeno da medicalização nos diferentes âmbitos do cotidiano, aparece ao longo do livro na potência de seus discursos, que implicam repensar as formas de produção de conhecimento sobre saúde mental. Especificamente, as discussões sinalizam o quanto os corpos, enquanto materialidade do controle da vida, têm passado por formas sutis e transparentes de docilização, na contemporaneidade. Se antes a crítica ao poder psiquiátrico e psicológico voltava-se para a luta antimanicomial, hoje esses saberes diluíram-se no cotidiano, de maneira que as preocupações descentralizaram-se do louco para controlar e fazer a manutenção do “sofrimento”. Sobre esse movimento, os trabalhos do livro escancaram o quanto a medicalização configura-se como a nova política de institucionalização da doença mental, especialmente quando o sofrimento existencial tornou-se um desajustamento pela prática discursiva das categorias do distúrbio psicológico e transtorno psiquiátrico. Isto posto, acreditamos que essa nova ordem discursiva reguladora dos modos existência e de (im)produção de sentido da vida, ao ser explicitada nas pesquisas e estudos do livro, permitem problematizar para quais “objetos” e “fenômenos” as críticas podem atinar, especialmente quando a medicalização tem no cotidiano, dentro e fora de instituições, um novo território de controle e regulação de vidas úteis, que preconiza as racionalidades farmacológicas do capitalismo contemporâneo.

Entretanto, as discussões que atinam para uma epistemologia atentam-se às novas políticas de controle da vida que não conseguem atinar suas críticas para além do prisma da medicalização. Ou seja, a patologização da vida fica nas sombras da (bio)política medicalizante, onde sempre vale-se desta para alcançar aquela. Pela conjunção conceitual “patologização e medicalização”, enunciada no próprio título do livro, a condição do patológico, trabalhado desde as proposições de Georges Canguilhem enquanto um devir possível para o saudável, estaria sendo capturado nas formas de controle que a própria medicalização engendra. É certo que criticar sua possível objetificação é necessário e importante, entretanto, a argumentação torna-se frágil quando a patologização não consegue sinalizar outras possíveis problematizações. Fica a questão: a patologização não articularia sua maquinaria de controle de administração da vida por outras vidas para além da perspectiva crítica da medicalização? Justamente nesse ponto, o livro demonstra sua limitação.

Longe de sinalizar um ponto fraco do livro, as limitações sinalizam o quanto as afirmações da obra viabilizam questionar, agora por um interesse negativo, os novos caminhos de se pensar políticas e epistemologias de patologização da vida. Afinal, para além de um olhar (bio)político ou genealógico, a patologização da vida materializa o empobrecimento da ideologia neoliberal quando ameaça ou pune os ineficientes, aqueles que não atendem mais as necessidades utilitarista do produzir e do consumir? O patológico não engloba sentidos e significados vividos pelo exercício de indivíduos no mundo da vida cotidiano, entre a concorrência do tradicional e do contemporâneo? A patologização não seria também uma “forma de viver” pela qual os indivíduos constroem e negociam estratégias de resistência, como aqueles que lutam contra outros mecanismo de violação da vida humana, como pobreza, homofobia e violências? Logo, a patologização não seria anterior à medicalização, enquanto estrutura intersubjetiva que materializa seus interesse de adoecimento pela necessidade humana de medicalizar-se? Além da medicalização, de que maneira a patologização engendra o empobrecimento humano ou fortalece formas de violência e assassinatos de

corpos “anormais” (ou por que não)?

Questionamentos que surgem de uma leitura implicada pelas problemáticas de tantas críticas pertinentes assinaladas ao longo da obra que apreciamos. Por isso, as (in)suficiências críticas do presente no livro da patologização pelas problematizações da medicalização implicam na viabilidade dos pesquisadores buscarem as implicações para a construção de novas questões a serem problematizadas e pesquisadas. Cientes dos “perigos” da medicalização, precisamos endossar nossas desconfianças para as aparências e não-evidências da patologização.